



DECISÃO Nº 72/2015 – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10518/2014.**
- 2- **Assunto:** Representação nº 30/2014-MP-PG.
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas do Estado, por meio do Procurador de Contas Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida.
- 4- **Representado:** Sr. Nixon de Castro Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Urucará.
- 5- **Objeto:** Apuração de possível descumprimento da lei Complementar 131/2009.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Laudo Técnico nº 23/2015 (fls. 31/38).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 530/2015-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral (fls. 39/42).
- 8- **Relator:** Conselheiro Raimundo José Michiles.

EMENTA: Representação.

Procedência. Determinação à Câmara Municipal de Urucará e à SEPLENO.

9- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, no exercício da competência atribuída pelo art. 9º, I e art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar procedente a presente Representação, por preencher os requisitos do art. 288, da Resolução n. 04/2002 (RITCE);

9.2- Determinar à Câmara do Município de Urucará que mantenha atualizadas as informações do Portal da Transparência, pois estas serão objeto de constante acompanhamento e verificações em futuras inspeções *in loco* pelo Tribunal de Contas;

9.3- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.3.1- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução n. 04/2002 (RITCE), adote as providências do artigo 162 do RITCE;

9.3.2- Cópias deste processo sejam encaminhadas a DICAMI para juntada à futura Prestação de Contas da Câmara Municipal de Urucará/AM, exercício 2014;

9.3.3- Promova o apensamento destes autos ao Processo de Prestação de Contas do exercício de 2013 (Processo n. 10.988/2014).

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 01 de abril de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____

De ____ / ____ / ____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

DECISÃO Nº 72/2015 – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Sr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 6294F3AD-50311BA1-434512A7-21F61E1F

Este documento foi assinado digitalmente por CÉSAR MURILO DE ARAÚJO JÚNIOR.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 3A2A02B5-A20BFA3A-236E24B5-7C736FEB